REVISTA DA	DEFENSORIA PÚBLIC	A DA UNIÃO
	n. 16	Jul./Dez. 2021

SUMÁRIO	13.50
APRESENTAÇÃO César de Oliveira Gomes	13
EDITORIAL Daniel Mourgues Cogoy	15
I - TEMA ESPECIAL DESTA EDIÇÃO	
RACISMO ESTRUTURAL E SISTEMA DE JUSTIÇA NO BRASIL STRUCTURAL RACISM AND JUSTICE SYSTEM IN BRAZIL	17
Racismo e sistema de justiça no Brasil: vicissitudes de um projeto de violência racial Racism and the justice system in Brazil: vicissitudes of a racial violence project Dora Lucia de Lima Bertulio	19
O mito da democracia racial e o funcionamento do sistema de justiça criminal brasileiro: uma revisão da literatura a partir da sociologia da administração da Justiça The myth of a racial democracy and the functioning of the brazilian justice system: a literature review from the sociology of justice administration Tacyana Karoline Lopes	43
O racismo estrutural diante da (in)eficácia das medidas de combate à discriminação racial no Brasil: uma análise a partir do tratamento dos crimes raciais no estado do Paraná The structural racism in front of the (in)effectiveness of measures to fight racial discrimination in Brazil: an analysis from the treatment of racial crimes in the state of Paraná Rita Cristina de Oliveira e Gabriela Grupp	57

A Defensoria Pública na proteção dos territórios tradicionais de matriz africana The Public Defender's Office in guardianship of african-religious traditional territories Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino e Olenka Lins e Silva Martins Rocha	73 3319.A
II - SEÇÕES DA REVISTA	
DEFENSORIA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA PUBLIC DEFENDER'S OFFICE AND ACESS TO JUSTICE	95
Acesso à justiça e assistência jurídica: elementos da fisiologia do Estado a partir das necessidades humanas Access to justice and legal aid: elements of the state physiology from the human needs Edilson Santana Gonçalves Filho	97
Atuação custos vulnerabilis da Defensoria Pública: aspectos normativos e jurisprudenciais Public Defender's Office custos vulnerabilis intervention: normative and jurisprudential aspects Natália Palhares Torreão Braz	111
Desafios do acesso à justiça no contexto pandêmico e o jus postulandi nos juizados especiais estaduais da Bahia Challenges of access to justice in the pandemic context and jus postulandi in Bahia special courts Renata Queiroz Dutra e Laís Santos Correia de Melo	133
DIREITOS HUMANOS HUMAN RIGHTS	149
A Hermenêutica de Kafka: notas a respeito da relação entre intransigência interpretativa e direitos humanos Kafka's Hermeneutics: notes on the relationship between interpretative intransigence and human rights Guilherme Alcantara	151

Educação em Direitos Humanos como instrumento para o efetivo acesso à Justiça: uma análise dos projetos desenvolvidos pela Defensoria Pública do Paraná em educação de direitos

Human rights education as an instrument for access to justice: an analysis of rights education projects developed by the Public Defensorship of Paraná **Marina Pivovar**

CIÊNCIAS CRIMINAIS

CRIMINAL SCIENCES

A Caverna do Dragão: perpetuação e recrudescimento da prisão no sistema penitenciário federal

Dungeons and Dragons: perpetual and upsurge of incarceration in the federal prison system

Gabriel Cesar dos Santos

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

LABOR LAW AND SOCIAL SECURITY

O trabalhador terceirizado e a percepção da precarização do trabalho: um estudo de caso em uma instituição pública brasileira

The outsourced worker and the perception of the precariousness of work: a case study in a brazilian public institution

Rosane Alves de Almeida Atayde

Os efeitos da sentença declaratória de união estável diante do INSS

The effects of the declaratory sentence of common-law marriage in face of the INSS

Bruno Carlos dos Rios

BOAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

GOOD INSTITUTIONAL PRACTICES

Termo de ajustamento de conduta em razão da morte de João Alberto Freitas no Supermercado Carrefour: um exemplo de boa prática institucional

Conduct adjustment term due to the death of João Alberto Freitas at the Carrefour Supermarket - an example of good institutional practice

Enrico Rodrigues de Freitas, Gisele Muller Monteiro, Daniel Mourgues Cogoy, Rita Cristina de Oliveira, Marco Antonio Delfino de Almeida, Lívia Maria Santana e Sant'Anna Vaz, Angela Salton Rotuno, Aline Palermo Guimarães, Rafael Pedro Magagnin, Andrey Régis de Melo e Vicktor Byruchko Junior Souza Ramos Júnior

273

O reconhecimento da autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública da União pela Suprema Corte: por uma Defensoria Pública da União fortalecida frente ao contexto de pandemia do
Covid-19, de combate à necropolítica e em cenários prospectivos
Recognition of the functional and administrative autonomy of the Public
Defense of the Union by the supreme court: for a public defense of the strong
union in front of the Covid-19 pandemic context, combating necropolitics and
in prospective scenarios
Thaise Valentim Madeira, Karina Rocha Mitleg Bayerl e Laércio Jorge de

Estudo de caso: o acordo no recurso extraordinário 1.171.152/ sc, acesso à Justiça, vulnerabilidade digital e a razoável duração do processo administrativo: pensando caminhos para as pessoas assistidas pela Defensoria Pública da União

283

Case study: the agreement on extraordinary appeal 1.171.152/sc, access to justice, digital vulnerability and the reasonable duration of the administrative process: thinking ways for people assisted by the Public Defense of the Union Maria Izabel Rodrigues de Melo

ORIENTAÇÕES PARA AUTORES **GUIDELINES FOR AUTHORS**

293